



ESTILIZAÇÃO DE GÊNERO E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS: CONEXÕES TEÓRICAS

GENDER STYLIZATION AND LANGUAGE IDEOLOGIES: THEORETICAL CONNECTIONS

AMANDA DINIZ VALLADA¹

RESUMO: Este artigo discute as conexões teóricas entre estilização de gênero e ideologias linguísticas. O conceito de estilização de gênero parte da teoria de gênero de Judith Butler (2019) sobre estilização do corpo e as definições de ideologias linguísticas são dadas por Judith Irvine (1989), Jan Blommaert (2014) e Deborah Cameron (2014). O objetivo principal é compreender como as ideologias linguísticas atuam na estilização de gênero para produzir e legitimar diferenças de gênero. Além disso, o artigo procura mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois fenômenos para o campo da Linguística Feminista. As discussões fundamentam-se nas teorizações sobre ideologias linguísticas e estilização de gênero, performatividade e atos de fala (AUSTIN, 1962) e distinção sexo/gênero (RUBIN, 1975). Há, ainda, um panorama dos estudos feministas e da Linguística Feminista antes e depois da virada performativa iniciada por Butler. O artigo mostra, em suas observações teóricas, que na rígida estrutura reguladora que constrói a estilização de gênero participam ativamente as ideologias linguísticas. Para mostrar a atuação desses fenômenos no contexto ocidental vigente, o artigo trata dos aspectos do novo biologismo (CAMERON, 2009; 2010; 2014), uma ideologia linguística com ares de cientificidade.

Palavras-chave: linguística feminista; estilização de gênero; ideologias linguísticas; novo biologismo.

ABSTRACT: This paper discusses the theoretical connections between gender stylization and language ideologies. The concept of gender stylization comes from the gender theory of Judith Butler (2019) about the stylization of the body and the definitions of language ideologies are given by Judith Irvine (1989), Jan Blommaert (2014) e Deborah Cameron (2014). The main objective is to comprehend how language ideologies act on gender stylization to produce and legitimize gender differences. Moreover, the paper intends to show the utility of aligning the studies of those two phenomena for the field of Feminist Linguistics. The discussions are founded on the theorizings about language ideologies and gender stylization, performativity and speech acts (AUSTIN, 1962), and sex/gender distinction (RUBIN, 1975). There is, still, an overview of feminist studies and of Feminist Linguistics before and after the performative turn launched by Butler. The paper shows, in its theoretical observations, that language ideologies participate actively on the highly rigid regulatory structure which builds gender stylization. In order to display the agency of the two phenomena on the current western context, the paper concerns itself with some aspects of new biologism (CAMERON, 2009; 2010; 2014), a language ideology with scientificity content.

Keywords: feminist Linguistics; gender stylization; language ideologies; new biologism.

¹ Mestranda em Linguística do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. amandavallada@hotmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5512-6087>.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, discuto as conexões teóricas entre estilização de gênero (BUTLER, 2019 [1990]) e ideologias linguísticas (IRVINE, 1989; BLOMMAERT, 2014; CAMERON, 2014). Meu objetivo principal é compreender de que forma as ideologias linguísticas podem atuar nas estilizações para produzir e legitimar estereótipos de gênero. Também procuro mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois fenômenos para a pesquisa em Linguística Feminista. De forma a mostrar a atuação dessas questões no contexto ocidental vigente, exponho, sem aprofundamento, as engrenagens do que Deborah Cameron (2009; 2010; 2014) chama de novo biologismo.

Para isso, retomo conceitos e categorias de análise que julgo pertinentes para esta discussão: performatividade e atos de fala (AUSTIN, 1962) e distinção sexo/gênero (RUBIN, 1975). Ademais, faço um panorama do posicionamento do feminismo (PISCITELLI, 2002) e da Linguística Feminista diante das diferenças entre os gêneros (CAMERON, 2005; OSTERMANN; FONTANA, 2010).

Na seção a seguir, inicio esse panorama trazendo as mudanças do pensamento e ativismo da segunda geração de feministas ocidentais e a constituição dos primeiros estudos linguísticos feministas.

2. SEXO, GÊNERO E OS PRIMEIROS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS FEMINISTAS

A “questão da mulher”, aponta Adriana Piscitelli (2002), foi central para o pensamento feminista pós anos 1960. Suas origens estão na ideia do feminismo radical de que é característica comum a todas as mulheres o fato de serem oprimidas. A opressão seria, dessa forma, a identidade primária de todas as mulheres, o que as une a despeito de tudo o mais que poderia diferenciá-las. E se encontrar um denominador comum entre as mulheres foi o núcleo do feminismo ocidental da época, assim também foi encontrar as origens deste denominador (e dominador), as origens do patriarcado.

No momento de elaboração da categoria unitária “mulher”, uma categoria que pudesse abarcar todas as mulheres², as feministas do patriarcado, como chama Joan Scott (1995), estavam contestando o pensamento marxista. O marxismo lida com a opressão das mulheres como consequência do surgimento de classes sociais baseadas na propriedade privada, e o único modo de superar a opressão sexual, nesta visão, é através da instauração de uma sociedade sem classes. No entanto, “as feministas radicais sublinharam a conexão entre mulheres através do tempo e das culturas, considerando que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal” (PISCITELLI, 2002, p. 5), que excluía as mulheres da voz pública. Assim, as feministas tomaram a iniciativa

² Piscitelli chama a atenção para a visão hegemonicamente branca da teoria feminista desse período, cuja perspectiva era dada pelas feministas brancas e de classe média.

de confrontar disciplinas (história, antropologia, biologia etc) para considerar a opressão patriarcal e a realidade das mulheres.

Quando as feministas da segunda geração ocidental estavam tecendo reformulações teóricas, uma vez que a preocupação deixou de ser propor hipóteses sobre a origem da opressão feminina e se tornou procurar desnaturalizar essa opressão (PISCITELLI, 2002), o conceito do sistema sexo/gênero estava criando forma a partir das conceitualizações da antropóloga Gayle Rubin (1975). O dualismo sexo/gênero - em consonância aos modos dualistas europeus e norte-americanos de compreender o mundo (FAUSTO-STERLING, 2002) - parte de outro dualismo, que diz respeito a natureza/cultura. Dessa forma, gênero é visto como a expressão social (cultura) de aspectos biológicos determinados pelo sexo (natureza). Nas palavras de Anne Fausto-Sterling (2002, p. 16, grifos da autora): “*sexo* passou a denominar a anatomia e funcionamento fisiológico do corpo e *gênero* passou a representar as forças sociais que moldam o comportamento”.

Rubin (1975) define que, no sistema sexo/gênero, a matéria-prima biológica é transformada em produtos da interação humana, e é na transição entre natureza e cultura que a fêmea se torna uma mulher domesticada. Nesse sentido, o conceito de gênero, ao mesmo tempo em que se desenvolve a partir da inquietação feminista a respeito das causas de opressão da mulher, também emerge para lidar com as questões sobre a opressão da mulher.

Tanto na interface sexo/natureza quanto na interface gênero/cultura, a noção de diferença sexual se configura como um princípio universal de classificação de homens e mulheres. A busca pelas características “masculinas” e pelas características “femininas”, quer tenham origem na constituição biológica do corpo humano, quer sejam produtos da interação social, bem como seus efeitos que culminam na opressão de homens sobre mulheres, são pontos centrais nos debates teóricos feministas desde os anos 1960, com as discussões sobre a “questão da mulher”, até o final da década de 1980 (PISCITELLI, 2002; PINTO, 2014).

Nesse contexto, desenvolvia-se na Linguística pesquisas que consideravam questões de gênero centrais para lidar com questões de linguagem. Esses trabalhos pioneiros, como o de Robin Lakoff (1975 [1973]) e de Don Zimmerman e Cadence West (1975), foram marcos iniciais do campo de estudos plural que é a Linguística Feminista, mas têm filiação estreita com a Sociolinguística. Um dos mitos que constitui o campo da Sociolinguística é de que língua e sociedade mantêm entre si uma relação especular, ou seja, a língua apenas reflete a realidade social de quem fala, é somente um espelho que designa as coisas que há no mundo (BORBA; LOPES, 2018; CAMERON, 2012; PINTO, 2014). Tal cenário, contudo,

não chega a ser uma surpresa: a linguística feminista dos anos 1970 se constituiu com as mesmas tendências de outros campos próximos, como é o caso de Rubin (1975) na antropologia, e se fortalece nos anos 1980 pressupondo essa dicotomia sexo/gênero nas análises. (VALLADA; PINTO, no prelo)

O ponto de partida dessas pesquisas se dava como bem colocam Rodrigo Borba e Adriana Lopes (2018, p. 254): “se no mundo real vivemos dicotomicamente como homens e mulheres, como a língua poderia fugir de tal predicamento?”.

Com essa visão dualista de mundo e de linguagem, os precursores estudos sociolinguísticos feministas acompanharam os campos afins na empreitada de buscar o que diferencia mulheres e homens. O foco dessas pesquisas estava em encontrar as diferenças entre a fala de mulheres e a fala de homens, de forma a catalogar quais seriam as características femininas e masculinas da linguagem, e procurar evidências linguísticas da desigualdade entre esses dois gêneros (MCELHINNY, 2003; LAKOFF, 2004).

Nesses termos, os trabalhos de Linguística Feminista em voga até o início dos anos 1990 são tradicionalmente categorizados conforme seus posicionamentos diante das causas das diferenças entre a fala masculina e a feminina (CAMERON, 2005; OSTERMANN; FONTANA, 2010). Para os estudos do *déficit* (JESPERSEN, 2005)³, a fala deficitária das mulheres tem raízes em uma incapacidade predominantemente natural das mulheres. Os estudos da *dominância* (ZIMERMANN; WEST, 1975) também tomam as práticas linguísticas femininas como inferiores às masculinas, mas atribuem isso à posição subordinada das mulheres em relação aos homens. Já a abordagem da *diferença* (TANNEN, 1990) sugere que as diferenças linguísticas entre homens e mulheres refletem as normas sociais e linguísticas de suas diferentes culturas.

Ainda que os primeiros estudos linguísticos feministas sejam debitários de pressupostos essencialistas e tenham posteriormente sofrido duras críticas por feministas antiessencialistas, é importante lembrar que as primeiras feministas estudiosas da linguagem “levantaram questões cruciais em torno do papel da atividade linguística na construção das identidades e hierarquias sociais”. Mas não apenas isso: “o desejo de transformação marc[a] os trabalhos dessas primeiras linguistas feministas e as estimulam a rever seus pontos de vista e a buscar rearticular as noções que fundamentam suas análises” (PINTO, 2014, p. 211).

As críticas às formas essencialistas e reducionistas de enxergar gênero foram tão duras que fizeram as feministas do patriarcado e suas sucessoras repensarem seu pensamento e ativismo. Entrando na década de 1990, as teóricas feministas passaram a se empenhar em reformular o conceito de gênero, a fim de estabelecer uma categoria que considerasse as diferenças (de raça, classe e sexualidade) entre as mulheres e que desnaturalizasse a distinção e dualidade sexual (PISCITELLI, 2002).

É neste momento de reformulações que Judith Butler (2019 [1990]) confronta o dualismo sexo/gênero. Para a autora, é necessário repensar a imutabilidade da categoria sexo, uma vez que a dualidade sexual foi construída discursivamente, pela ciência, inclusive, como bem mostra Fausto-Sterling (2002) sobre os critérios do Comitê Olímpico Internacional para classificar mulheres como seres biologicamente femininos e da medicina para determinar o sexo de uma criança intersexual.

³ O trabalho de Otto Jespersen (2005 [1922]) certamente não parte de uma epistemologia feminista, mas se enquadra como um estudo de linguagem e gênero por ter investigado o papel do gênero na atividade linguística.

No pensamento de Butler, o dualismo sexo/gênero em relação ao dualismo natureza/cultura se dissolve, pois gênero “é também o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura” (BUTLER, 2019, p. 27). Nesse sentido, a categoria gênero deve se configurar como um esforço para impedir as armadilhas da naturalização, isto é, a “associação simétrica e constante entre determinadas características chamadas femininas [e] as mulheres, e as chamadas masculinas e os homens”, nas palavras de Joana Pinto (2007, p. 4).

A filósofa estadunidense também expõe a contradição lógica em considerar gênero o produto cultural de sexo:

Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a condição de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2019, p. 26)

As teorizações de Judith Butler impactaram os vários campos disciplinares de estudos de gênero, especialmente a Linguística Feminista. Na próxima seção, adentro-me no pensamento de Butler e em suas repercussões nos estudos linguísticos feministas.

3. ESTILIZAÇÕES DE GÊNERO E A VIRADA PERFORMATIVA NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS FEMINISTAS

Insatisfeita com o cenário essencialista, Butler não compreende gênero como uma característica individual, uma posse, mas como algo que é construído cotidianamente através de ações, como “um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora” (BORBA, 2014, p. 448).

A crítica produtiva de Butler (2019, p. 69, grifo meu) ao dualismo sexo/gênero origina sua própria definição: gênero é “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Os corpos não são naturalmente sexuados, *tornam-se* sexuados através da contínua repetição de atos enquadrados na rígida estrutura reguladora. *Grosso modo*, a contínua repetição de atos enquadrados como femininos faz uma mulher, assim como a contínua repetição de atos enquadrados como masculinos faz um homem. As possibilidades limitadas dentro da estrutura rígida cristalizam certos recursos semióticos como apenas femininos e outros como apenas masculinos. Ou seja, da estrutura reguladora fazem parte “certas configurações culturais do gênero [que] assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida” (BUTLER, 2019, p. 69). E é justamente a cristalização da estilização do

corpo que produz a plausibilidade de uma relação natural binária (no caso, mulher/homem).

Aqui, acho necessário um breve parêntese sobre a teoria da qual Butler parte para pensar sobre gênero. Da forma que a autora apresenta, gênero se configura como um efeito dos atos de fala. Na tradição austiniana (AUSTIN, 1962; RAJAGOPALAN, 2010) dos estudos dos atos de fala, especialmente após Austin abandonar a dicotomia performativo/constativo, a linguagem não descreve ações, mas realiza ações; a linguagem tem um caráter performativo.

Numa visão performativa da linguagem, dizer e fazer são inseparáveis, da mesma forma que mundo e linguagem estão aglutinados (PINTO, 2002). É inegável, contudo, que a relação mundo/linguagem conforme concebida pela Pragmática é muito diferente – oposta, na verdade – de como a Sociolinguística clássica, aquela dos moldes labovianos, enxerga mundo e linguagem. Como já visto, para os estudos sociolinguísticos a linguagem é o espelho do mundo: o que quer que haja de relevante nas relações sociais será marcado linguisticamente. Nos estudos pragmáticos e noutras perspectivas críticas, todavia, as normas reguladoras da performance linguística não meramente refletem uma determinada estrutura, mas criam e recriam tal estrutura (CAMERON, 2012).

Consoante à visão performativa da linguagem proposta por Austin (1962), Butler argumenta que gênero é um efeito de ações cotidianas repetidas, que gênero é, portanto, performativo, o que forja uma naturalidade específica de certos tempos e culturas, já que o efeito de naturalidade “é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado nos atos de fala disponíveis em nossa sociedade” (PINTO, 2007, p. 4).

Anna Livia e Kira Hall (2012, p. 122) dizem que

gênero, então, é tido como performativo porque, como ocorre com a clássica elocução “É uma menina”, elocuições de gênero não são nunca meramente descritivas, mas prescritivas, exigindo que a endereçada aja de acordo as normas vinculadas a gênero e, além disso, que crie um gênero apropriado em cada ato culturalmente percebido que ela realizar [...].

Apesar de o foco de Butler em *Problemas de Gênero* ser a identidade de gênero, sua proposta performativa trata da identidade em geral. Nesse sentido, é possível usar a noção de estilização do corpo para tratar de outras identidades que não a de gênero. Contudo, a discussão teórica tecida neste artigo abrange especificamente questões de gênero. Por tal razão, escolho utilizar o termo *estilizações de gênero* para me referir aos atos que compõem a estrutura que regula as possibilidades do gênero. O termo também tem sido empregado em outros trabalhos do campo de estudos de linguagem e gênero, como Pinto (2002) e Pinto (2007).

O impacto das reelaborações da categoria de gênero feitas por Butler em 1990 reverberou na Linguística Feminista, que acompanhou essas transformações. Até mesmo os artigos mais recentes do campo são afetados pelas teorizações da filósofa estadunidense (VALLADA; PINTO, no prelo). Os estudos linguísticos feministas passaram por uma virada performativa, e, desde 1990, vêm procurando desafiar as relações essencialistas entre linguagem e gênero propostas anteriormente (MCELHINNY, 2003; OSTERMANN, 2008).

Assim, trabalhos fora do dualismo sexo/gênero e antiessencialistas, como o de Deborah Cameron (2010 [1997]) sobre homens estudantes universitários focando, e os presentes na coletânea organizada por Kira Hall e Mary Bucholtz (1995) atêm-se à “construção social de sexo e gênero; às diferenças culturais e sociais acerca do corpo; às hegemonias, contestações e implicações das definições de gênero e sexo nas/pelas sociedades; e às motivações políticas para a normatização de certas definições” (VALLADA; PINTO, no prelo).

Superar a ideia de gênero como posse e como atributo individual passa a ser comum a toda a pluralidade de pesquisas da Linguística Feminista. Se antes a recomendação metodológica era analisar gênero nas interações entre homens e mulheres heterossexuais (MCELHINNY, 2003), a virada performativa coloca sob a lente do microscópio do campo a importância do gênero na criação e organização de instituições e nas relações de poder, procurando entender as engrenagens da “estrutura reguladora altamente rígida” que produz os efeitos de gênero.

Cameron (2012, p. 17), em referência direta a Butler (2019), presume que a estilização também se aplica à “linguagem em uso, e especialmente à fala: existem ‘estilizações’ de voz, de escolhas lexicais, gramaticais e interacionais”. Para a linguísta, “falar é um exemplo clássico de um ato que é constantemente repetido ao longo do tempo; é também um exemplo clássico de uma atividade feita dentro de um ‘rígido enquadramento regulador’”. Na estilização da fala, as/os falantes empregam rígidos recursos semióticos adequados às normas de gênero para serem posicionadas/os no gênero adequado, ao mesmo tempo em que criam o que é o gênero adequado. A estilização da fala compõe, dessa forma, as estilizações de gênero.

Depois dessas considerações sobre gênero e estilização da fala, pergunto-me qual pode ser o papel das ideologias linguísticas no rígido enquadramento regulador da linguagem em uso. É a essa questão que me volto na seção a seguir.

4. IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS COMO INSTRUMENTOS DE ESTILIZAÇÃO

Há três definições de ideologias linguísticas que bastante me interessam neste artigo, e a primeira é de Judith Irvine. Em artigo de 1989 (p. 255), a autora define ideologias linguísticas como “o sistema cultural de ideias sobre as relações sociais e linguísticas, juntamente com sua carga de interesses morais e políticos”. Essa definição é notável porque evidencia que as relações entre linguagem e sociedade são mediadas por valores culturais.

A segunda definição que considero importante é dada por Jan Blommaert (2014, p. 68-69, grifos do autor). O autor diz que as ideologias linguísticas são as “crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação” com que as pessoas “produzem *semiose* como *performance* [...] dentro de um campo regimentado no qual as ideologias linguísticas produzem estabilidade e capacidade de reconhecimento”. A conceitualização de Blommaert chama a atenção para o papel das ideologias linguísticas na produção de estabilidade e reconhecimento

num campo regimentado. Não estaríamos diante da atuação das ideologias linguísticas na estilização de gênero, vendo a cristalização de configurações culturais que formam a rígida estrutura reguladora?

Por último, a definição de Cameron (2014, p. 281) faz uma conexão direta entre ideologias linguísticas, gênero e estilização ao predicá-las não apenas como “as representações na qual a linguagem é impregnada de sentido cultural”, mas também como “as representações de linguagem como um fenômeno generificado, usado de formas diferentes por falantes homens e mulheres”.

Esse compilado de definições é o meu alicerce para construir uma interpretação de ideologias linguísticas que também seja pertinente ao gênero e à sua estilização: as ideologias linguísticas são um sistema cultural de crenças generificantes que regimenta e estabiliza como a língua é e deve ser usada por homens e mulheres, para que eles sejam reconhecidos como homens e elas reconhecidas como mulheres, ao mesmo tempo em que (re)criam o que é ser homem e o que é ser mulher.

São as ideologias linguísticas generificantes que estabelecem, por exemplo, fronteiras bem delimitadas no uso da linguagem das mulheres e dos homens. São essas ideologias que permitem que Otto Jespersen (2005) atribua às mulheres os eufemismos e “refinamentos”, e aos homens, os “chefes renovadores da linguagem”, uma linguagem com vigor e franqueza. A separação precisa entre linguagem das mulheres e linguagem dos homens é “provavelmente a mais geral, mais interculturalmente disseminada, e mais historicamente persistente de todas as ideologias linguísticas sobre gênero” (CAMERON, 2014, p. 283).

Como já visto, a opressão da mulher, cerne das discussões feministas entre 1960 e 1970, repercutia também, julgavam as linguistas da dominância, nas práticas de linguagem. Desse modo, a presença das mulheres em contexto de fala pública de autoridade (política ou legal) era moralmente inaceitável (CAMERON, 2006), o que as impediria de desenvolver recursos linguísticos valorizados. No entanto, mostra Cameron (2012; 2014), nem sempre foi assim nas sociedades ocidentais: na Europa Moderna, as mulheres da aristocracia eram encorajadas a participar de duelos verbais públicos, desafiando tanto homens quanto mulheres; o cenário muda drasticamente com a ascensão da burguesia, cujas noções de comportamento verbal feminino apropriado consistiam em falar com poucas pessoas e “orgulhar-se de seu silêncio”. Já nas interações dos Gapun, investigados por Don Kulick (1993), as mulheres são associadas à fala direta e à autoridade verbal (pública, inclusive). As ideologias linguísticas generificantes são, portanto, “específicas de seu tempo e espaço” (CAMERON, 2014, p. 286), assim como a estilização de gênero, que depende dos atos de fala disponíveis em uma sociedade. As regimentações que enquadram um certo comportamento linguístico como feminino ou masculino em um determinado tempo e espaço não são as mesmas regimentações que enquadram um comportamento linguístico como feminino ou masculino em outro tempo ou em outro espaço. Ou seja, as estilizações da fala, assim como as de gênero, se diferem em relação aos contextos de operação.

Desde o início deste século, uma nova vertente ocidental da velha ideologia linguística que separa linguagem feminina e linguagem masculina tem ganhado

ares de “cientificidade” através da tecnologia da ciência biológica. Na seção a seguir, abordo panoramicamente esse assunto para mostrar como a estilização de gênero e as ideologias linguísticas têm atuado num vigente e rígido enquadramento regulador de gênero.

5. ESTILIZAÇÕES DE GÊNERO NO NOVO BIOLOGISMO

Na ideologia linguística “científica” de separação de linguagem masculina e feminina, as diferenças (linguísticas, principalmente) entre homens e mulheres teriam raízes na constituição biológica dos seres humanos: nas taxas hormonais e em seus efeitos na constituição cerebral. No entanto, isso não é novidade; vimos que os argumentos biológicos de diferenças foram exatamente o objeto de crítica das feministas de 1970 e 1980. O que reconfigura esse biologismo é o emprego de artifícios da ciência biológica para não apenas determinar as origens da diferença, mas também para dizer que a empreitada feminista de mudar o que seria “natural” não pode dar certo. Trata-se de uma nova roupagem de uma ideologia linguística generificante extremamente conservadora, a qual Deborah Cameron (2009; 2010; 2014) dá o nome de “novo biologismo”. A novidade do aparato científico-tecnológico vem para deixar o sexismo dessa ideologia menos aparente. Afinal, se a legitimação da diferença está ancorada em exames de ressonância magnética e em estudos genéticos, como isso poderia ser uma tentativa deliberada de subjugar mulheres?

Mesmo com metodologia questionável, afirmações generalistas e resultados inclusivos (CAMERON, 2009; 2010; 2014; FINE, 2010), o novo biologismo tem ganhado adeptas/os que se sentem ansiosas/os com as mudanças sociais procedentes dos movimentos feministas, já que “uma das funções ideológicas do novo biologismo é tranquilizar as muitas pessoas para quem isso [as mudanças sociais] é uma fonte de ansiedades que as distinções de gênero não foram, e não podem ser, apagadas” (CAMERON, 2014, p. 293).

Além dos artifícios científicos, o novo biologismo também é menos abertamente sexista porque inverte o déficit linguístico. Se antes os recursos linguísticos das mulheres eram tidos como deficitários, o novo biologismo tende a colocar a inaptidão verbal na conta do homem. Como Cameron mostra em suas análises (2009; 2010; 2014), no novo biologismo, as mulheres falam mais que os homens e têm mais habilidade em criar laços afetivos e resolver conflitos através da linguagem, mas têm dificuldade em atividades de sistematização, especialmente as que envolvem números e organização espacial; já os homens são ineptos nas questões de linguagem e melhores com os números. As consequências desta demarcação de capacidades resultam na separação ideal de profissões para “pessoas com cérebro feminino” e “pessoas com cérebro masculino” que faz Simon Baron-Cohen (2003): professoras primárias, enfermeiras, assistentes sociais e secretárias devem ser as pessoas de cérebro feminino, e cientistas, engenheiros, programadores e banqueiros devem ser quem tem cérebro masculino.

O novo biologismo também tem servido de plataforma para sexismo e representações estereotipadas de gêneros em outros contextos. Alunos australianos que apresentam mau desempenho nas disciplinas de linguagens e textos se justificam com os argumentos do novo biologismo. Para eles, ter sucesso nessas disciplinas é uma impossibilidade, já que seus cérebros masculinos não seriam feitos para lidar bem com linguagem. Além disso, suas imagens de masculinidade poderiam ser prejudicadas caso se empenhassem ou demonstrassem interesse em uma disciplina de linguagem, conforme mostram Jo Carr e Anne Pauwels (2006).

Esses alunos estão adequando seu desempenho linguístico de acordo com as ideologias linguísticas do novo biologismo para estilizarem seu comportamento como masculino. Ser homem, nesse tempo e espaço específicos, é não ter boas habilidades linguísticas, e qualquer coisa melhor que um desempenho ruim é associar-se ao feminino.

Assim como em ideologias linguísticas anteriores, a repetição de atos enquadrados como femininos cria a mulher, e a repetição de atos enquadrados como masculinos cria o homem. No novo biologismo, todavia, o enquadramento rígido de atos que estilizam parece chegar às últimas circunstâncias. Ter, ou parecer ter, uma espécie de autorização da ciência para regular o que é ser mulher e homem pode ser um instrumento potente na manutenção e legitimação de hierarquias de gênero. É assim que Baron-Cohen (2003) estratifica as profissões de cérebro masculino e cérebro feminino, e qualquer semelhança com profissões histórica e hegemonicamente masculinas e femininas, e valorizadas e não valorizadas, não é mera coincidência.

6. CONCLUSÕES

As diferenças entre os gêneros estiveram no cerne dos estudos feministas e linguístico-feministas até 1990. O conceito de estilização oferecido por Butler (2019) permite que as pesquisas se voltem à maneira como o gênero é construído e usado na formação de instituições. Mas para que os enquadramentos da estilização de gênero sejam compreendidos de forma mais completa, acredito, e foi isto que pretendia mostrar com este artigo, que é necessário levar em consideração a atuação das ideologias linguísticas, que fomentam a estilização da fala. A estilização de gênero se dá na rígida estrutura reguladora, e nesta participam ativamente as ideologias linguísticas.

As conexões entre ideologias linguísticas, estilização de gênero e estilização da fala podem ser percebidas na constituição e nos efeitos do novo biologismo, como vimos na seção anterior. No entanto, não se deve cair no erro de uma iniciativa feminista de negar a pertinência de argumentos biológicos na construção e manutenção de diferenças e defender que as diferenças que existem são produto de questões culturais tem encontrado massiva resistência na medicina, na biologia e até mesmo nas ciências sociais (FAUSTO-STERLING, 2002). Mas isso não é uma surpresa; no embate entre ciência social e ciência biológica, a ciência social é conhecida por perder, já que “em nossa cultura, a ciência carrega consigo a pompa

do acesso especial à verdade: a pretensão à objetividade” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 17). Por isso, para uma pesquisa feminista sobre ideologias linguísticas, a questão sob escrutínio deve ser “como e por que tais representações [de linguagem e de gênero] alcançam amplo escopo e influência em um determinado momento histórico” (CAMERON, 2014, p. 288), e não se essas representações são “verdadeiras” ou “falsas”.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BARON-COHEN, S. *The essential difference: man, women, and the extreme male brain*. Londres: Allen Lane, 2003.
- BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D.; FERREIRA, D.; ALENCAR, C. (Orgs.) *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 67-76.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performances, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 441-474, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>.
- BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de diferença: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, n. esp., p. 241-285, 2018.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e a construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.) *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 129-149.
- CAMERON, D. Gender, language, and the new biologism. *Constellations*, v. 17, n. 4, p. 527-539, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8675.2010.00612.x>.
- CAMERON, D. Gender and language ideologies. In: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (Eds.). *The handbook of language, gender and sexuality*. Malden: Wiley Blackwell, 2014, p. 281-296.
- CAMERON, D. Sex/gender, language and the new biologism. *Applied Linguistics*, v. 31, n. 2, p. 173-192, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/amp022>.
- CAMERON, D. *The feminist critique of language: a reader*. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2005.
- CAMERON, D. Theorising the female voice in public contexts. In: BAXTER, J. *Speaking out: the female voice in public contexts*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006, p. 3-20.
- CAMERON, D. *Verbal hygiene*. 2. ed. Londres: Routledge, 2012.

- CARR, J.; PAUWELS, A. *Boys and foreign language learning: real boys don't do languages*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>.
- FINE, C. *Delusions of gender: the real science behind sex differences*. 2. ed. Londres: Icon Books, 2010.
- HALL, K.; BUCHOLTZ, M. *Gender articulated: language and the socially constructed self*. Nova York: Routledge, 1995.
- IRVINE, J. When talk isn't cheap: language and political economy. *American Ethnologist*, v. 16, n. 2, p. 248-267, 1989. DOI <https://doi.org/10.1525/ae.1989.16.2.02a00040>.
- JESPERSEN, O. The woman. In: CAMERON, D. (Ed.). *The feminist critique of language: a reader*. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2005, p. 225-241.
- KULICK, D. Speaking as a woman: structure and gender in domestic arguments in a New Guinea village. *Cultural Anthropology*, v. 8, n. 4, p. 510-541, 1993.
- LAKOFF, R. *Language and Women's Place*. Nova York: Harper and Now, 1975.
- LAKOFF, R. *Language and Women's Place*. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2004.
- LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta de performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 109-127.
- MCELHINNY, B. Theorizing gender in sociolinguistics and linguistic anthropology. In: HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. (Eds.). *The handbook of language and gender*. Malden: Blackwell, 2003, p. 21-42.
- OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa (Aplicada) como uma abordagem para o estudo de linguagem e gênero: o caso dos atendimentos a mulheres em situação de violência no Brasil. *Athenea Digital*, n. 14, p. 245-266, 2008.
- OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. Linguagem. Gênero, Sexualidade: uma introdução. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 9-12.
- PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-26, 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>.
- PINTO, J. *Estilizações de gênero em discursos sobre linguagem*. 2002. 219f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2002.
- PINTO, J. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D.; FERREIRA, D.; ALENCAR, C. (Orgs.) *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 207-230.
- PISCITELLI, A. Re-criando a categoria mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 1-25.

- RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.
- RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (Org.). *Toward an anthropology of women*. Nova York: Monthly Review, 1975, p. 157-210.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução por Guacira Louro. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- TANNEN, D. *You just don't understand: women and men in conversation*. Nova York: William Morrow, 1990.
- VALLADA, A.; PINTO, J. *Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo, no prelo*.
- ZIMMERMAN, D.; WEST, C. Sex roles, interruptions, and silences in conversations. In: THORNE, B.; HENLEY, N. (Eds.). *Language and sex: difference and dominance*. Rowley: Newbury House, 1975, p. 105-129.

Recebido: 28/07/2019

Aceito: 20/02/2020

Publicado: 1/06/2020